

Orcamento pode ser poupado

Aumento de arrecadação deverá evitar corte de R\$ 1,2 bi. FH: 'Isso será superado'

Catia Seabra

BRASÍLIA

Com tanta pressão política e expectativas de crescimento e arrecadação acima do previsto, o Governo já admite a idéia de rever a decisão de cortar o Orçamento de 2000 em R\$ 1,2 bilhão para compensar a perda da contribuição dos servidores inativos. Os fatores que podem levar a essa mudança de planos são o pacote sobre juros baixado na quinta-feira — que reduz o IOF mas aquece a economia — e a arrecadação de setembro de mais de R\$ 14 bilhões, a quinta da história da Receita Federal.

O presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a possibilidade na quinta-feira, numa conversa com o relator do Orçamento, deputado Carlos Melles (PFL-MG). Segundo participantes do jantar em homenagem ao presidente da Argentina, Carlos Menem, que acabaram ouvindo o diálogo, Fernando Henrique disse que, com o reaquecimento da economia, os cortes poderão ser evitados.

Foi quando, ao ouvir do presidente boas notícias sobre a saúde da economia, Melles brincou:

— Então, não serão mais necessários os cortes.

— É isso que superado — respondeu Fernando Henrique.

Assessor especial da Presidência, Moreira Franco também confirma que não são remotas as chances de o Governo poupar o Orçamento dos cortes, anunciados para compensar metade das perdas provocadas pelo fim da contribuição previdenciária dos inativos.

— Acho que não teremos cortes. Porque não serão necessários — disse Moreira.

PFL: Cofins não renderia R\$ 1,2 bi, mas R\$ 6 bi

• Se insistir nos cortes, o Governo enfrentará grandes dificuldades para aprová-los no Congresso. Um dos argumentos dos pefeletistas para a resistência é que as mudanças na cobrança da Cofins garantirão uma arrecadação adicional de R\$ 6 bilhões, e não o R\$ 1,2 bilhão anunciado pela equipe econômica. Líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE) só está esperando a oficialização desses dados para embasar ainda mais seu discurso.

— Nada chega ao Congresso sem que haja um aprimoramento. Os recursos para investimentos são tão magros que será difícil cortar alguma coisa. Até porque temos a informação de que o Governo vai arrecadar R\$ 6 bilhões a mais com a mudança na Cofins. Nós, do PFL, estamos tranquilos, porque não haverá cortes — garante Inocêncio.

Segundo o deputado Pauderney Avelino (AM), vice-líder do PFL, o partido obteve a informação de que a arrecadação global da Cofins é superior a R\$ 35 bilhões ao ano. Como as empresas tinham direito a abater um terço do que devem de Cofins no pagamento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e agora não podem mais, a arrecadação extra é de pelo menos R\$ 9 bilhões. Essa sobra cai para R\$ 6 bilhões porque, para atenuar o impacto do aumento da Cofins, o Governo reduziu a alíquota da CSLL, que incide apenas sobre lucro, de 12% para 9%.

O ministro do Planejamento, Martus Tavares, diz, no entanto, que esses não são os números da Fazenda.

— Já ouvi falarem nesses números e isso vai ser discutido com a Receita Federal. Os dados que a Fazenda tem não são esses. Se comprovarem que essa é uma fonte segura, vamos acolher os argumentos. Mas essa não é a conta que nós temos.

PMDB e PSDB também se queixam dos cortes

• Na Câmara, o PFL não é a única fonte de obstáculos para a equipe econômica. Os líderes do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), e do PSDB, Aécio Neves (MG), já se queixaram dos cortes. E a preservação do Orçamento seria um trunfo do Governo na tentativa de garantir a aprovação da emenda constitucional que permite a cobrança previdenciária dos funcionários públicos aposentados.

Para a equipe econômica — que tem de dar sinais ao mercado, especialmente ao externo — um recuo seria nocivo. Além disso, os técnicos da Fazenda estão atrelados à exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias de um superávit primário (excluídos os gastos com juros) de R\$ 28,5 bilhões para o ano que vem.

Segundo Martus, os cortes só poderiam ser revistos se houvesse a certeza de que o crescimento será superior a 4% em 2000, o que, diz, é bem possível acontecer. O ministro, porém, se diz disposto a negociar.

— Nossa disposição é fazer meio a meio (metade corte, metade receita). É rever primeiro o aumento da carga tributária se tivermos opções melhores. Mas disposição não é imposição. Vamos negociar — admite.

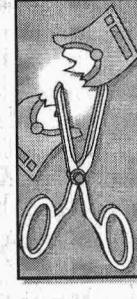
Entenda mais sobre o corte

Principais medidas do pacote de 7 de outubro



COFINS

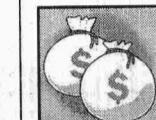
Para compensar metade da perda de R\$ 2,4 bilhões provocada pelo fim da contribuição previdenciária dos inativos, o Governo decidiu acabar com o dispositivo pelo qual as empresas abatiam um terço do que devem de Cofins no pagamento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). A medida, segundo a equipe econômica, garante uma arrecadação adicional de R\$ 1,2 bilhão.



CORTES

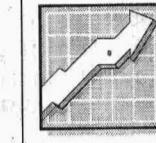
Além de outras medidas fiscais, como a taxação de remessa de juros para o exterior, o Governo também anunciou cortes de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento do ano que vem.

Os fatores, que segundo políticos, poderiam impedir os cortes



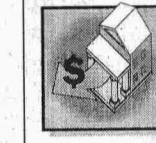
RECEITA

A arrecadação de setembro, de R\$ 14 bilhões, foi a quinta maior da história da receita.



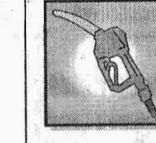
CRESCIMENTO

Segundo admitiu o ministro Martus Tavares, não são remotas as chances de o crescimento econômico superar 4% no ano que vem.



COFINS

De acordo com o PFL, as mudanças na cobrança da Cofins garantem uma arrecadação adicional de R\$ 6 bilhões ao ano. Não apenas o R\$ 1,2 bilhão, anunciado pelo Governo.



COMBUSTÍVEIS

Se aprovado ainda este ano, o imposto sobre combustíveis garantirá, segundo dados do Ministério dos Transportes, uma arrecadação anual de R\$ 19 bilhões



JUROS

A equipe econômica prometeu aquecimento da economia com a decisão de baixar os juros ao consumidor. Os parlamentares questionaram o Governo ao saberem que a redução do IOF provoca uma perda de arrecadação de R\$ 700 milhões. Mas os técnicos do Governo alegaram que isso será compensado com a aceleração do consumo.



CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS

Se o Governo conseguir aprovar, ainda no ano que vem, a emenda que permite cobrança de contribuição do funcionário público aposentado, poderá garantir arrecadação ainda em 2000.

Rivaldo Barbosa - 27/10/98

Sérgio Tomisaki - 08/06/98